



Universidade de Brasília

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES

Raquel Antunes Modes Oliveira

Orientadora Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Tutora Profa. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), dezembro de 2015

Raquel Antunes Modes Oliveira

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERSPECTIVAS DOS
PROFESSORES**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva e tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Raquel Antunes Modes Oliveira

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva- FE/UFSC
(Professora-orientadora)

Profa. Dra. Maria Susley Pereira – SEEDF
(Tutora-orientadora)

Prof. Me. Ricardo Gonçalves Pacheco - SEEDF
(Examinador externo)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

Dedico este trabalho com todo amor e carinho ao meu filho, Vinicius e a minha filha, Camila por saberem compreender meus momentos de ausência e, em especial, ao meu marido Miguel pelo incentivo e paciência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por sua presença em todos os momentos.

À minha família que, mesmo diante de tantas adversidades, esteve ao meu lado apoiando-me e incentivando-me sempre.

Às professoras, Doutoras Edileuza Fernandes da Silva e Maria Susley Pereira, por suas orientações, apoio, atenção e compromisso.

A todos os amigos que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização deste trabalho.

RESUMO

A avaliação institucional é um instrumento que permite à escola se ver em toda a sua dimensão, já que contempla todos os segmentos, colaborando, assim, para a autoanálise escolar com vistas a renovar e melhorar as práticas existentes. Contudo, na maioria das escolas, esse tipo de avaliação ainda se faz presente de forma tímida caminhando a passos lentos, é fato que muitas escolas desconhecem sua importância e relevância no sentido de aprimorar a reflexão no cotidiano escolar e avançar na qualidade da educação. O presente trabalho ocorreu em uma escola pública do Distrito Federal, denominada de Escola Mundial e teve como objetivo analisar se os professores que nela atuam percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria na avaliação da aprendizagem. A pesquisa foi um estudo de caso e os sujeitos foram os professores. Aplicou-se aos docentes, um questionário com questões abertas e fechadas e realizada uma análise documental. Os dados revelaram que, apesar de não haver muita clareza acerca dos objetivos da avaliação institucional e participação ativa no processo por parte dos professores, a maioria acredita que tal prática avaliativa é de grande valia enquanto mecanismo para melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

Palavras chave: Avaliação institucional; Níveis de aprendizagem; Qualidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Importância da escola em promover avaliação institucional.....	33
Gráfico 2: Você já participou da avaliação institucional promovida por esta instituição?.....	34
Gráfico 3: Frequência com que a avaliação institucional ocorre em sua escola.....	34
Gráfico 4: Durante a avaliação institucional o que é avaliado?	35
Gráfico 5: A gestão apresenta os resultados da avaliação institucional?	36
Gráfico 6: A avaliação institucional ocorre de maneira satisfatória em sua escola?..	37
Gráfico 7: Em sua prática pedagógica você faz uso da avaliação institucional?	38
Gráfico 8: Avaliação institucional é utilizada para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem?.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Nomes fictícios interlocutores	28
Quadro 2: Perfil dos interlocutores.....	31

LISTA DE SIGLAS

CEDF – Conselho de Educação do Distrito Federal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB (9394/96) – Lei de Diretrizes e Bases

PPP – Projeto Político - Pedagógico

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação Básica

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SOE – Serviço de Orientação Educacional

SUBEB – Subsecretaria de Educação Básica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	14
1.1 Níveis de Avaliação	15
1.1.1 Avaliação institucional	15
1.1.2 Avaliação da aprendizagem	18
1.1.3 Avaliação em larga escala	19
2 QUALIDADE DO ENSINO E APRENDIZAGEM	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	26
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE	48

INTRODUÇÃO

Minha história na educação começou, ainda, na infância a partir da admiração que eu tinha pela minha tia-mãe cujo nome era Elza. Tia Elza lecionava em uma escola de classe multisseriada, localizada na zona rural em que morávamos. Apesar das dificuldades e limitações, seu amor pela profissão me fez perceber como é grande a importância de um professor em nossas vidas.

Na época, sem muita orientação e direcionamento, com o término do ensino médio, prestei vestibular para Química, ciência que muito despertava o meu interesse. Tão logo iniciei o curso, percebi que muitos dos que ali já estavam ministravam aulas para cursinhos, escolas particulares ou públicas. Meses depois de ingressar na Universidade, segui o mesmo caminho. Com 19 anos de idade, estive, pela primeira vez, diante de uma turma, ministrando aulas de Ciências Naturais no período noturno, em uma escola situada em um bairro afastado de Goiânia.

Após a primeira experiência muitas outras vieram, e passei a ministrar aulas de Matemática, Física e Química em outras instituições até a conclusão da minha graduação, cuja opção foi bacharelado. Contudo, após o término, e diante de toda a experiência e envolvimento com a educação, resolvi fazer licenciatura. Durante esse período, alguns professores passaram pela minha vida e contribuíram no fortalecimento do amor em relação à Educação.

Em 1997, no final da minha licenciatura, e sob a orientação e motivação de colegas e professores, fiz o concurso para professora da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF). Em 1998, tomei posse e iniciei minha carreira neste órgão, trabalhando em uma escola de ensino médio localizada em Ceilândia, onde permaneci por oito anos.

Devido à mudança de endereço, entrei no concurso de remanejamento e fui lotada em uma escola localizada em Santa Maria, trabalhando por um tempo com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, posteriormente, com as turmas do ensino fundamental anos finais. Atuo em uma escola com profissionais, os quais, em sua maioria, são comprometidos e dedicados com a educação. No ano de 2014, tive o prazer de ser escolhida por eles para atuar na coordenação pedagógica e, em 2015, novamente.

Assim, tive a oportunidade de conhecer e entender o que é a coordenação pedagógica, bem como as atribuições do coordenador pedagógico. Em meio a tantos afazeres e dificuldades, foi possível identificar e questionar sobre algumas necessidades presentes no ambiente escolar e estar mais próxima ao corpo docente, percebendo seus anseios, expectativas e frustrações. O corpo docente da Escola Mundial (nome fictício), no diurno, é composto por 38 professores(as) regentes, 3 coordenadores(as), 1 supervisora pedagógica, 1 orientadora educacional, 1 coordenadora da educação integral e 2 professoras atuando na sala de recursos, sendo a maioria mulheres, alguns já com certo tempo de casa, outros iniciando a caminhada e os demais no meio do percurso.

Em meio a essa convivência mais próxima, proporcionada pela atuação como coordenadora pedagógica, foi possível perceber a dedicação, interesse por partes de alguns professores e a indiferença e desencanto de outros. Tais diferenças enfraqueceram o trabalho coletivo no âmbito escolar, além do que, corroboraram para a cultura do individualismo. Logo, posturas opostas dificultaram a discussão, reflexão e implementação de questões como: avaliação, projeto político-pedagógico, gestão democrática, coordenação pedagógica, etc. Diante do exposto, um dos questionamentos apontados foi o valor que a avaliação institucional tem para os professores, logo, esse é o meu foco no projeto de pesquisa, o qual terá como base a Escola Mundial.

A instituição pesquisada foi construída em 1995 e iniciou seus trabalhos no ano de 1996 atendendo, inicialmente, os alunos de 1ª a 4ª séries e, posteriormente, alunos de 5ª a 8ª séries.

Atualmente, a escola vivencia a gestão democrática e a inclusão, contemplando as séries dos anos finais do ensino fundamental e o 3º segmento da EJA, atendendo, aproximadamente, 1500 alunos, os quais estão distribuídos em três turnos respectivamente: o matutino, com turmas do 6º; 7º; 8º e 9º anos ; o vespertino, com 6º e 7º anos e o noturno, com 1º; 2º e 3º anos da EJA. No total, são 17 salas de aulas funcionando em sistema de sala ambiente, no diurno, com 38 professores regentes, uma orientadora educacional e duas professoras atuando na sala de recursos.

A escola possui hoje uma quadra de esportes, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma sala de coordenação, uma cozinha, uma sala para professores,

uma secretaria, uma sala de direção, uma cantina, uma sala de recursos humanos e uma sala de serviço de orientação educacional (SOE).

O contexto no qual está inserida a escola, como o de tantas outras distribuídas pelo Distrito Federal, é de uma comunidade carente que apresenta alguns obstáculos como, baixa escolaridade e autoestima o que leva os responsáveis pelos alunos, em sua maioria, a não apresentarem comprometimento satisfatório para acompanhar a vida escolar dos alunos(as). Apesar das dificuldades apresentadas, alguns projetos desenvolvidos na instituição como “Família na Escola” e “Festa Junina” apresentam uma adesão maior dos pais. Já nos dias letivos temáticos, estabelecidos no calendário pela SEEDF, juntamente com o corpo docente e gestora, a participação não é significativa e é, geralmente, nesses dias, que a avaliação institucional ocorre através de discussão e aplicação de questionários.

Dada a importância da avaliação institucional para a escola, é válido perceber com está sendo desenvolvido o Projeto Político-Pedagógico em vários aspectos, inclusive, as aprendizagens, penso ser importante saber como tem sido a participação dos professores na autoavaliação da escola. E também se os professores percebem a relação entre a avaliação institucional e as possíveis contribuições que ela pode dar para a melhoria da avaliação de aprendizagens. E, ainda, como tem sido o envolvimento desses professores no processo de avaliação institucional. Dessa forma, apresento o seguinte problema de pesquisa: “Os professores da Escola Mundial percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens?”

Por acreditar que os professores são sujeitos importantes no desenvolvimento da avaliação institucional, é que esta pesquisa teve como objetivo geral: Analisar se os professores da Escola Mundial percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens.

Assim sendo, os objetivos específicos para desenvolvimento desta pesquisa foram:

- Identificar se os professores percebem a articulação da avaliação institucional com os outros níveis de avaliação.
- Analisar se os professores utilizam os resultados das avaliações para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

Desse modo, o presente estudo se encontra organizado em quatro capítulos. O primeiro deles aborda a avaliação no contexto escolar e os níveis de avaliação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem. O segundo capítulo versa sobre a qualidade do ensino e aprendizagem e o elo entre a avaliação institucional.

Posteriormente, é apresentada a metodologia da pesquisa. Na sequência, são expostos os resultados obtidos por meio da análise documental e dos questionários aplicados a 15 professores, culminando com as considerações finais.

1 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Cotidianamente, o ser humano avalia e é avaliado em diversas situações, seja quanto à beleza, modo de portar-se e comportar-se, em relação à aparência. Na escola não é diferente, a avaliação também se faz presente e tanto alunos como professores são avaliados o tempo todo, mesmo que de forma imperceptível ela ocorre constantemente. E, apesar da sua importância e relevância, não se tem ainda uma definição precisa para o seu significado, já que é vista como uma das maiores dificuldades da prática pedagógica.

A avaliação é um processo que deve ocorrer constantemente de diversas formas e em vários momentos, já que é parte integrante e fundamental do processo educativo, é algo presente e polêmico nas escolas e permeada por contradições que vão além dos muros da escola.

Segundo Freitas et al. :

O lugar que a avaliação tem ocupado na atividade pedagógica a coloca no topo das atenções de estudantes e professores. Marcada pelas relações que estão presentes no interior da escola, relações estas que revelam estreita conexão entre esta escola e a sociedade que a cerca, a avaliação emerge na sala de aula ora como fonte de desenvolvimento, ora como ameaça. Curiosamente atinge todos os atores, a depender do lugar em que inscreveram no processo de avaliação, ora como sujeitos avaliadores, ora como objetos de avaliação. (2014, p.7).

Em consonância com esses autores, a avaliação se faz presente em todo ambiente escolar, envolvendo todos os atores, sendo, portanto, necessária, seja em relação aos alunos, aos professores, à instituição e às práticas pedagógicas.

Diante da importância e necessidade de refletir constantemente sobre o papel da avaliação, muito se tem discutido nos últimos anos sobre o tema, seja politicamente ou socialmente, tal prática tem favorecido e intensificado a pesquisa sobre o assunto.

A maioria dos estudiosos que teorizam sobre avaliação tende a ignorar o caráter classificatório das práticas avaliativas, já que não conseguem demonstrar, de fato, o que os alunos aprenderam e apostam em uma avaliação contínua e formativa, onde, de fato, aprendam e onde a diversidade e conhecimentos prévios sejam valorizados. “A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem”. (HOFFMANN, 2005, p.17).

Luckesi (1996) percebe a avaliação atual como uma forma de julgar e de valorar as manifestações relevantes da realidade, com foco em uma tomada de decisão.

Diante do exposto, para traçar esse caminho aqui denominado de avaliação, é necessário planejar, replanejar, levando em consideração as diferentes manifestações de aprendizagens presentes no universo escolar da sala de aula, já que cada uma traz consigo uma bagagem de vida. Logo, é importante, na hora de avaliar, voltar o olhar para a singularidade de cada aluno, o que contribuirá na melhoria do processo de aprendizagem.

A avaliação é um processo de reflexão que necessita ser transformada em ação que conduza a novas reflexões, sejam por parte do educador sobre a sua prática, e também da escola, enquanto formadora de cidadãos na construção do conhecimento. Logo, a avaliação serve como parâmetro para rever as práticas não somente em sala de aula, mas de todo o processo escolar.

1.1 Níveis de Avaliação

Ao se falar sobre avaliação, percebe-se que ela não se restringe somente àquela praticada em sala de aula, há outros níveis que devem interagir entre si.

Como afirmam Freitas et al. :

[...] postulamos a existência de três níveis integrados de avaliação da qualidade de ensino: avaliação em larga escala em redes de ensino (realizada no país, estado ou município); avaliação institucional da escola (feita em cada escola pelo seu coletivo); e a avaliação da aprendizagem em sala de aula, sob responsabilidade do professor. (2014, p.10).

A articulação entre esses três níveis repercute em ações que almejam a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Neste trabalho de pesquisa, foi discutido, de forma mais detalhada, a avaliação institucional, os outros níveis de avaliação (da aprendizagem e larga escala) e a qualidade do ensino aprendizagem, visto que não subsistem isoladamente, já que tendem a interagir entre si.

1.1.1 Avaliação institucional

O tema avaliação institucional é recente e com pouca popularidade nas escolas da educação básica, apesar de fazer parte das políticas públicas de educação. Conforme Freitas et al. (2014, p.36) “A avaliação institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores [...]” com vistas a se reorganizar quando necessário.

Para muitos, ainda não está incorporado à avaliação educacional e às escolas e seus atores necessitam de maiores esclarecimentos para colocarem em prática esse conceito extremamente importante para a qualidade da educação. Sua aplicabilidade, como mostra a história, está mais presente nas instituições de nível superior, sendo um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A LDB 9.394/96, em seu artigo 14 e 15 apresenta normas e diretrizes que abordam a Avaliação Institucional da Educação Básica.

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL/MEC, 1996).

O ponto principal da avaliação institucional é o projeto político-pedagógico da escola, logo, necessita ser avaliado, repensado, reorganizado, assim como os espaços de aprendizagem, em especial, a sala de aula. Tais sugestões são propostas por saber que impactam na qualidade da escola e, provavelmente, nos resultados das avaliações externas.

A respeito da avaliação institucional, Freitas et al. (2014, p. 35) destacam que “A avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela”. Logo, a avaliação institucional deve ser entendida como uma construção coletiva primordial e relevante para a melhoria do processo educacional.

As Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala enfatizam que:

A avaliação, na condição de uma das categorias da organização do trabalho pedagógico na escola e da escola, deve ser contemplada com capítulo próprio no Projeto Político - Pedagógico de cada unidade escolar. Para que tal assertiva não se torne apenas texto fora de um contexto, a própria avaliação precisa ser avaliada [...]. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.63).

Sendo assim, é de suma importância averiguar como a avaliação institucional está presente no dia a dia da escola e de que forma estão sendo utilizados os dados/resultados obtidos na construção e condução permanentes do projeto político-pedagógico, até porque o fato de envolver pais, funcionários, docentes, gestão é o que irá garantir o desenvolvimento de outras práticas de avaliação que viabilizarão a aprendizagem.

Para que a avaliação institucional tenha êxito, algumas ações são necessárias, conforme aponta a reportagem da Revista Gestão Escolar:

O processo de avaliação institucional, quando bem realizado, permite elucidar os problemas da escola. E toda a comunidade é envolvida na busca de soluções. Existem diversas maneiras de realizar esse trabalho. O número de participantes e a qualidade das relações interpessoais determinam as estratégias mais eficientes. Ele pode ser feito em diferentes espaços e por meios variados (em reuniões de equipe, via internet ou com o uso de questionários ou urnas, quando é preciso que todos se manifestem) e organizado por séries, ciclos ou segmentos. O essencial nessa ação é criar dispositivos para que todos - alunos, pais, professores, funcionários e gestores - sejam convidados a pensar nos desafios coletivos que a escola enfrenta e se responsabilizar pelas mudanças necessárias para superá-los. (IAVELBERG, 2009-2010, p.1)

No Distrito Federal, a avaliação institucional foi implantada no ano de 2006, de acordo com a resolução nº1/2006 – CEDF, de 21 de março de 2006.

O artigo 2º desta resolução diz:

A Avaliação Institucional refere-se ao processo pedagógico voltado para a obtenção de informações que possibilitem aos profissionais da educação, aos pais e estudantes, oportunidades para analisar o trabalho desenvolvido com vistas à promoção do autoconhecimento e da melhoria da qualidade social da educação. (DISTRITO FEDERAL, 2006).

A partir do ano de 2008, a SEEDF inclui, no calendário escolar anual da rede, dois dias, um por semestre, denominado dia letivo temático, para que as instituições em conjunto com a comunidade escolar realizem sua autoavaliação.

Também em 2008, foi divulgado o documento das Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2008) que, dentre vários assuntos, aborda a avaliação, que na visão de Villas Boas:

Sugere-se que os documentos orientadores das atividades escolares tratem da avaliação integrando-a às demais categorias do trabalho pedagógico. Além disso, devem ser articulados os seus três níveis: das aprendizagens, institucional e em larga escala. Inserir a avaliação em último lugar em documentos, planos de trabalho e cursos ainda é um resquício da adoção da sua função classificatória. Romper com esse entendimento requer grande esforço de toda a equipe escolar, principalmente o de eliminar o mito de que a reprovação confere seriedade ao trabalho escola. (2008, p.1).

Em 2014, a SEEDF/Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB apresenta as Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014 para rede pública de ensino, elaboradas a partir da análise de documentos, leis, regimentos, concepções e práticas de avaliação vivenciadas nas escolas públicas do Distrito Federal.

O documento elaborado expõe que:

A Avaliação Institucional, aqui denominada Avaliação do Trabalho da Escola, destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.56).

Diante dos esforços, a implementação da avaliação institucional nas escolas, em especial, aqui no DF, caminha a passos lentos, já que muito se tem a fazer e compreender sobre esse tema. Até porque os resultados dessas avaliações, em sua maioria, não são divulgados e não são percebidas as ações oriundas dessa avaliação.

1.1.2 Avaliação da aprendizagem

Denomina-se avaliação da aprendizagem aquela realizada em sala de aula, e cujo objetivo é o acompanhamento escolar do aluno o qual se dá por meio do uso de diferentes instrumentos, tais como, provas, pesquisas, seminários entre outros. No entanto, o educador, ao lidar com essa avaliação, deve ter em mente ações e estratégias que garantam a reflexão e melhora desta prática cujo objetivo principal é a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Na maioria das instituições de ensino, a avaliação da aprendizagem praticada procura mensurar e quantificar o saber, dando ênfase ao caráter classificatório, o que corrobora para que os educandos deixem de ser vistos e estimulados quanto aos potenciais próprios e coletivos.

As Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala enfatizam que:

Nesse sentido, avaliar não se resume à aplicação de testes ou exames. Também não se confunde com medida. Medir é apenas uma pequena parte do processo avaliativo, correspondendo à obtenção de informações. Analisá-las para promover intervenções constantes é o que compõe o ato avaliativo; por isso, as afirmativas de que, enquanto se aprende se avalia e enquanto se avalia ocorrem aprendizagens são válidas tanto por parte do docente quanto do estudante. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.10).

Muitas vezes, para que o caráter classificatório deixe de ser praticado, se faz necessário conhecer mais de perto o educando, sua trajetória de vida, comunidade em que se encontra inserido, seus anseios e expectativas para que, a partir desse conhecimento, haja uma flexibilização na forma de ensinar e avaliar, levando assim a avaliação da aprendizagem para mais próximo da realidade do educando. Atitudes como essas podem ser consideradas como nova proposta que vise à melhoria do ensino.

De acordo com Hoffmann:

A avaliação, enquanto mediação, significa encontro, abertura ao diálogo, interação. Uma trajetória de conhecimento percorrida num mesmo tempo e cenário por alunos e professores. Trajetos que se desencontram, por vezes, e se cruzam por outras, mas seguem em frente na mesma direção. (2005, p. 40).

Ainda, levando em consideração que a avaliação necessita ir além dos muros da escola, Freitas et al. afirmam que:

Deve-se levar em conta que a avaliação não incorpora apenas objetivos escolares, das matérias ensinadas, mas também objetivos ligados à função social da escola no mundo atual, os quais são incorporados na organização do trabalho pedagógico global da escola. Ao enfatizarmos a sala de aula, não devemos esquecer que ela está inserida em um ambiente maior, a escola. (2014, p.17).

Tanto as avaliações da aprendizagem como a institucional são importantes no processo escolar, já que estão envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

1.1.3 Avaliação em larga escala

A avaliação em larga escala, também denominada, avaliação de redes é aquela de responsabilidade do Estado e cujo objetivo é orientar políticas públicas e

avaliar todos os níveis e modalidades da educação nacional. De acordo com Freitas et al. :

A avaliação em larga escala, do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. (2014, p. 47).

No Brasil, essas avaliações vêm se tornando cada vez mais frequentes e, dentre alguns modelos existentes, podemos citar: SAEB, PROVA BRASIL, ENEM, ENADE, IDEB.

A avaliação em larga escala através de seus resultados oferece subsídios para que a escola reflita sobre si mesma e procure encontrar formas de melhoria, bem como, serve para monitorar as políticas públicas de educação no âmbito nacional.

As avaliações de rede para Freitas et al. (2014, p. 47) “Quando conduzidas com metodologia adequada podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede”.

A avaliação em larga escala oferece dados não somente para a comunidade escolar, mas também para toda a sociedade civil sobre a qualidade da educação, até porque seu objetivo é dar um resultado amplo sobre a qualidade das redes de ensino. No Brasil, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é o principal indicador utilizado para analisar o desempenho dos alunos e é calculado com base no desempenho dos alunos no SAEB e na Prova Brasil e na taxa de rendimento (aprovação/reprovação). Logo, o IDEB é um importante indicador para acompanhamento da qualidade da educação básica.

Para que os resultados das avaliações em larga escala sejam satisfatórios, capazes de alterar práticas pedagógicas e de gestão na escola, torna-se necessário compreender e analisar esses dados, de forma sólida e coerente, seja por gestores e professores, e não fazer uso desse instrumento para promover um ranqueamento entre escolas. Assim, afirmam Freitas et al. :

No Brasil, não é raro encontrarmos a tendência de se querer fazer da avaliação de sistemas um instrumento de avaliação da sala de aula e da escola. A Prova Brasil caminha nesta direção ao disponibilizar um site com os resultados da avaliação de cada escola no país. A partir de uma medida pontual, passa-se a avaliar a escola toda. (2014, p. 65).

Dessa forma, os resultados oriundos das avaliações de larga escala devem ser discutidos juntamente com toda a comunidade escolar para que deles se usufruam da melhor forma em prol das aprendizagens. Para tanto, Freitas et al. ressaltam que:

Nossa opinião é que a avaliação de sistema é um instrumento importante para a monitoração das políticas públicas e seus resultados devem ser encaminhados, como subsídio, à escola para que, dentro de um processo de avaliação institucional, ela possa consumir estes dados, validá-los e encontrar formas de melhoria. A avaliação institucional fará a mediação e dará, então, subsídios para a avaliação de sala de aula, conduzida pelo professor. Entretanto, sem se criar este mecanismo de mediação, o simples envio ou disponibilização de dados em um site não terá um mecanismo seguro de reflexão sobre os mesmos. Os dados podem até ter legitimidade técnica, mas lhe faltará legitimidade política. (2014, p. 65).

Diante do exposto, a escola não deve fazer uso somente dos mecanismos externos de avaliação e sim gozar também de outras formas como a institucional e aprendizagem em consonância com a sua realidade para que, de forma articulada, possa usufruir de informações que contribuam para o direcionamento das metas a partir do contexto em que foram produzidas.

2 QUALIDADE DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Falar de qualidade em educação e avaliação é algo complexo, visto que podem ser vistas de forma diferente sobre a ótica de cada um.

Ao se falar de qualidade do ensino e aprendizagem não se pode deixar de lado o papel relevante que a avaliação institucional ocupa, já que os resultados obtidos, sejam nas avaliações externas ou internas (autoavaliação), são importantíssimos e servem como ponto de reflexão. Segundo Hoffmann (2003, p. 72) “as escolas tomam decisões concernentes aos resultados e mobiliza toda a equipe escolar no sentido de transformarem esses resultados em pontos de reflexão e mudança”.

Diante do exposto, o processo avaliativo é percebido como ponto de reflexão e proporciona ao professor identificar onde sua prática não obteve resultados satisfatórios, o que levou os alunos a apresentarem dificuldades e, ao mesmo tempo, o que pode ser feito para rever todo o processo. A mesma reflexão se estende para a escola que reavalia sua proposta pedagógica, bem como as relações entre os atores que compõem o ambiente escolar.

Freitas et al. ratificam que:

Note-se, então, que estamos trabalhando com dois níveis superpostos: um na forma de organização do trabalho pedagógico da sala de aula; outro na forma de organização do trabalho pedagógico da escola. Os processos de aprendizagem e de avaliação não se limitam a um ou outro, mas estão dispersos, por toda a instituição escolar. Também se aprende no pátio da escola. Igualmente se avalia neste espaço, tenhamos ou não consciência disso. (2014, p.19).

Ainda sobre essa questão, enfatizam Freitas et al. :

É esta mesma duplicidade que dá base para argumentarmos a existência de dois níveis de avaliação na instituição escolar: a avaliação institucional – cujo foco é o projeto político-pedagógico da escola – e a avaliação da aprendizagem na sala de aula – cujo foco é a relação professor-aluno. (2014, p. 20).

Logo, é válido ressaltar que, tanto a avaliação institucional como a avaliação do ensino-aprendizagem, são alicerces que devem caminhar juntos quando se almeja a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Contudo, muito se tem a fazer para que, de fato, haja melhoria do processo ensino-aprendizagem, isso porque, tal desejo se esbarra em algumas questões

como: clareza do que de fato é avaliação institucional na visão dos professores e qual a sua influência no processo de ensino-aprendizagem.

Hoffmann (2003, p.77) afirma: “é de suma importância que os professores entendam a proposta pedagógica da escola, principalmente, as relacionadas à avaliação seja ela da aprendizagem ou institucional”. Para tanto, é necessário que a prática da avaliação institucional seja melhor esclarecida e discutida nas escolas e vista como um caminho a ser traçado para a promoção da qualidade da educação, mesmo porque há desconhecimento, seja por parte dos professores e comunidade escolar como um todo sobre essa questão, o que corrobora para a não utilização dessa prática de avaliação da escola.

Para que a avaliação institucional se estabeleça como uma prática nas escolas, é necessário estar contemplada, de forma clara e almejada, no projeto político-pedagógico da escola, observando seus objetivos, pressupostos e princípios que nortearão essa ação, uma vez que o projeto político-pedagógico de uma escola é o seu “coração”, nele estão contidas todas as diretrizes necessárias para que a escola exerça sua função social. Construí-lo não é tarefa fácil, contudo, conforme consta na Orientação Pedagógica elaborada pela SEEDF.

Partimos do pressuposto de que a elaboração do PPP “... requer uma reflexão profunda sobre as finalidades da escola, sobre o reconhecimento de sua historicidade e sobre um processo de autoavaliação que possibilite construir uma nova organização do trabalho escolar” (SILVA, 2007, p.139 *apud* DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 13).

O projeto político-pedagógico é uma proposta nacional que proporciona às escolas, autonomia para elaboração de sua própria identidade, bem como orienta a definir o percurso que será traçado. A LDB (9394-96), em seu artigo 12 diz: “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e a do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica”.

A elaboração desse projeto deve ocorrer, de maneira democrática e de forma coletiva, favorecendo a união entre escola e comunidade, onde todos possam colocar suas opiniões, críticas, sugestões e questionamentos com vistas a atender as necessidades do público alvo, neste caso, os sujeitos daquela comunidade escolar.

Em 20 de junho de 2012, foi lançado o Projeto Político-Pedagógico da rede de ensino do Distrito Federal, o qual fez uma homenagem ao professor Carlos Motta, assassinado em decorrência de combater o tráfico de drogas na escola em

que dirigia. O presente documento expressa as diretrizes pedagógicas e operacionais e deixa claro que o presente documento não substituirá o PPP das escolas e, sim, servirá como norteador na elaboração dos projetos.

Contudo, não se pode confundir o PPP da SEEDF com o PPP das unidades escolares, pois o primeiro não substituirá os demais. Precisamos compreender o presente documento como norteador dos Projetos Políticos Pedagógicos a serem construídos coletivamente por todos os segmentos atuantes na comunidade de cada unidade escolar, pautados na perspectiva apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9.394/96 – LDB, de que as unidades escolares, respeitando as normas e propostas de seus sistemas de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar suas propostas pedagógicas¹, dentro dos preceitos da gestão democrática. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.8).

As diretrizes apontam que o PPP não é algo imutável e que não deve ser elaborado seguindo apenas as exigências legais. Sua organização implica que as ações estipuladas pela escola, sejam refletidas, redefinidas. Logo, caminha em conjunto com a avaliação institucional a qual deve ser refletida e redefinida de acordo com os resultados obtidos e os mesmos devem ser utilizados na permanente edificação e encaminhamento do PPP.

As Diretrizes da Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala apresentam os instrumentos avaliativos que devem constar nos PPP das escolas, em especial sobre a avaliação institucional relata:

A autoavaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência seu Projeto Político-Pedagógico, por meio de procedimentos/instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros. Essa avaliação não é isolada nem burocrática, pois a transparência de seus objetivos e procedimentos precisa tornar evidente o caráter formativo que precisa assumir. Não pode pressupor hierarquias demarcadas e solidificadas, pois todos avaliam e são avaliados. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.57).

Diante do exposto, entende-se que a avaliação institucional é parte essencial de uma instituição quando se pensa em melhorias na qualidade de ensino e aprendizagem e que, para tanto, necessita estar bem definida, planejada e vinculada ao PPP das escolas, já que é capaz de fornecer informações para a construção, reconstrução e concretização do PPP. Logo, essa inter-relação proporcionará o diagnóstico, análise e reflexão das práticas atuais, dentro de uma ação coletiva e participativa, gerando assim mudanças que visem a alcançar os objetivos propostos em consonância com a realidade daquela comunidade escolar.

Sendo assim, as ações oriundas da autoavaliação das escolas devem condizer com o PPP da escola e favorecerem os sujeitos que compõe a comunidade escolar. Desse modo, essas reflexões deverão ser conduzidas de modo que sejam vivenciadas, sentidas e experimentadas pelos atores pertencentes àquela instituição, pois somente assim será possível validá-la em favor de uma prática reflexiva capaz de aperfeiçoar os processos educacionais com vistas a avanços na melhoria da qualidade de ensino.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho foi realizado na Escola Mundial, situada em Santa Maria-DF, onde se levou em consideração suas características locais e peculiaridades, dentre elas pode-se destacar os altos índices de violência e a baixa renda familiar da comunidade.

Ao voltar o olhar sobre a relação da avaliação institucional com as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula na Escola Mundial, surgiu então a necessidade de conhecer as concepções a respeito desta avaliação do ponto de vista da SEEDF e dos professores e sua influência na qualidade do ensino.

Diante do exposto, o objetivo geral: analisar se os professores da Escola Mundial percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens e como específicos: identificar se os professores percebem a articulação da avaliação institucional com os outros níveis de avaliação e analisar se os professores utilizam os resultados das avaliações para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

A pesquisa realizada originou-se a partir de uma inquietação quanto à percepção dos professores da Escola mundial sobre a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens, ambas extremamente importantes quando se pensa em qualidade da educação. Para isso, foi fundamental o contato direto com a realidade, onde se pode ouvir e interpretar os interlocutores quanto aos significados atribuídos por eles em relação à avaliação institucional.

Assim sendo, o estudo realizado fez uso da metodologia da pesquisa qualitativa, por se tratar de um método capaz de retratar o dia a dia escolar, levando em consideração o cotidiano dos colaboradores investigados, seus traços subjetivos e suas particularidades. As características básicas de uma pesquisa qualitativa, segundo Lüdke e André (1986) são:

- 1ª A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- 2ª Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- 3ª A preocupação com o processo de estudo é muito maior do que com o produto;
- 4ª O “significado” que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- 5ª A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13)

Logo, de acordo com as autoras, é necessário entender e interpretar o ambiente, bem como as relações que ali ocorrem em diferentes momentos e situações. Dessa forma, é possível fazer uma real relação entre a teoria e a prática facilitando, assim, a compreensão do fenômeno estudado como um todo.

Partindo do pressuposto de que a pesquisa qualitativa assume diversas formas, dentre elas o estudo de caso, foi este então o procedimento técnico escolhido, que para Lüdke e André (1986, p. 17), "vai estudar um único caso".

O estudo de caso, de acordo com, Lüdke e André, apresenta características fundamentais como:

- 1 – Os estudos de caso visam à descoberta.
- 2 – Os estudos de caso enfatizam a 'interpretação em contexto'.
- 3 – Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
- 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
- 5 – Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
- 6 – Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
- 7 – *Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa* (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13)

As características citadas acima coincidem com a condução metodológica adotada neste estudo, já que procurou retratar a realidade do ambiente escolar, levando em consideração o meio no qual estão inseridos os seus atores, bem como suas percepções, sugestões e críticas.

O objeto de estudo em questão foi a avaliação institucional, uma vez que faz parte do cotidiano escolar e é ferramenta fundamental para a auto avaliação e análise da escola. As Diretrizes de Avaliação Educacional, afirmam "A avaliação institucional ou avaliação do trabalho da escola é realizada na escola, pela escola, em função dela e por seus próprios atores.(LIMA, 2012 *apud* DISTRITO FEDERAL, 2014, p.58).

Para o desenvolvimento do trabalho, a instituição foi comunicada antecipadamente e aproveitando o momento, esclareceu-se que a pesquisa tinha como objetivo geral analisar se os professores da Escola Mundial percebiam a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens.

A pesquisa foi direcionada, apenas, para os docentes interlocutores aqui denominados de professor (P1), P2, respectivamente, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, primeiramente, devido à disponibilidade para participar da pesquisa e, segundo, devido ao objetivo principal da pesquisa que era averiguar se os professores percebiam a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens. Os interlocutores participantes assim foram denominados (nomes fictícios) conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Nomes fictícios interlocutores

Professor interlocutor	P1	Elza	P6	Osvalina	P11	Joana
	P2	Eunice	P7	Vilson	P12	Marcela
	P3	Laurice	P8	Aurelio	P13	Kênia
	P4	Cleire	P9	Margarida	P14	Feliciano
	P5	Divina	P10	Madalena	P15	Romilda

Fonte: Elaborado pela autora.

Os métodos de coleta de dados utilizados na investigação da realidade foram o questionário e a análise documental. Optou-se pelo uso do questionário considerando o tempo e visando a levantar informações relativas ao assunto e por ser considerado o instrumento que melhor se adequou à disponibilidade dos interlocutores diante das inúmeras atividades existentes na escola. O questionário, de acordo com Lakatos (2003, p.201), “é definido como instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador”.

Desse modo, tal instrumento foi elaborado considerando os objetivos da pesquisa, os quais são: identificar se os professores percebem a articulação da avaliação institucional com os outros níveis de avaliação e analisar se os professores utilizam os resultados das avaliações para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, o questionário contou com 09 perguntas objetivas e 07 descritivas, totalizando 16 perguntas relativas à temática da avaliação institucional, as quais foram respondidas, por escrito, possibilitando aos colaboradores expor suas opiniões e expectativas, bem como as práticas vivenciadas, sem qualquer interferência da pesquisadora.

A pesquisadora tinha como intenção alcançar o grupo de professores em sua totalidade para aplicação do questionário. Contudo, mediante o momento político pelo qual passavam as escolas públicas do Distrito Federal, naquela ocasião, como o movimento grevista, não foi possível a participação de todos os interlocutores. Dessa forma, a alternativa encontrada pela pesquisadora, mediante a realidade existente, foi telefonar para os interlocutores, contar com a participação dos que expressaram interesse e disposição para colaborar, explicar a pesquisa. Para alguns participantes, o questionário foi entregue em mãos; para outros; foi encaminhado via e-mail. Estipulou-se um total de cinco dias para que os interlocutores respondessem os questionários e um prazo de vinte dias para a coleta de informações, considerando a elaboração, aplicação e tabulação de dados.

Antes da aplicação do questionário, tinha-se planejado fazer um pré-teste com uma amostra de professores que não participariam da pesquisa como interlocutores, num total de três, para prever se havia algum problema e/ou dúvidas com o questionário. Contudo, tal procedimento não foi possível em virtude do movimento grevista.

A aplicação do questionário teve como objetivo inicial ocorrer durante as coordenações coletivas, entretanto, em virtude da greve dos professores, naquela ocasião para alguns foi entregue em mãos e para outros; encaminhados via e-mail.

A análise documental foi o outro instrumento utilizado na coleta de dados, que para Lüdke e André (1986), é:

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ 1986, p.38).

Logo, se procurou fazer uso dessa outra técnica na pesquisa qualitativa visando a dar maior consistência aos dados coletados a partir do questionário, bem como por ser uma poderosa fonte de informação capaz de fornecer subsídios sobre o campo de interesse. Os documentos analisados foram o Projeto Político-Pedagógico, Plano de Ação da Coordenação Pedagógica, as Diretrizes de Avaliação e as Pedagógicas e atas de reuniões sobre Avaliação Institucional.

A análise documental procurou estudar os documentos acima citados tendo em vista obter maiores informações, e o questionário, para enriquecimento da construção do trabalho. Dessa forma, foi analisado o Projeto Político-Pedagógico e

suas considerações sobre a Avaliação Institucional foram verificados, também, o Plano de Ação da Coordenação Pedagógica e como estava traçada a Avaliação Institucional. As duas atas de reuniões observadas constavam registros de como ocorreu a avaliação institucional promovida pela instituição em 2013 e 2014. Foram analisados também os gráficos que constavam nos registros da escola referentes à participação dos professores nas avaliações institucionais de 2013 e 2014 e os resultados obtidos pela instituição no IDEB nos anos de 2011, 2013 e 2015.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A escola pesquisada pertence ao quadro de escolas públicas do Distrito Federal e está localizada na região administrativa de Santa Maria, sob a coordenação da Gerência Regional de Ensino de Santa Maria, sendo um Centro de Ensino Fundamental ofertando, no diurno, ensino regular do 6º ao 9º ano e, no noturno, o 3º segmento da Educação para Jovens e Adultos. A instituição foi construída em 1995 para atender, inicialmente, alunos de 1ª a 4ª séries e, posteriormente, alunos de 5ª a 8ª séries.

A escola Mundial está inserida em um local de fácil acesso. Os alunos são, em sua maioria, pertencentes à comunidade local e do Entorno.

A presente pesquisa utilizou como procedimentos/instrumentos de coleta de dados o questionário e a análise documental. O questionário foi aplicado a 20 professores colaboradores da pesquisa, sendo que destes, 15 foram respondidos e devolvidos.

As três primeiras perguntas do questionário destinaram-se à identificação do vínculo empregatício, tempo de atuação na escola e tempo na carreira de magistério. Logo, a partir desses dados, foi possível traçar o perfil dos interlocutores, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Perfil dos interlocutores

Gênero	Professores	Total	Tempo na atual escola			Tempo na carreira de magistério		
			1 ano	Mais de 1 ano	Menos de 1 ano	1 ano	Mais de 1 ano	Menos de 1 ano
Masculino	3	Total	3	11	1	0	15	0
Feminino	12	%	20%	73%	7%	0%	100%	0%
TOTAL GERAL	15							

Fonte: Elaborada pela autora.

Através destes dados, foi possível constatar que a maioria dos interlocutores é do sexo feminino, grande parte está há bastante tempo na instituição, o que leva a

entender que há certa satisfação em trabalhar na escola. Já no que diz respeito ao tempo de carreira de magistério, percebeu-se que há professores com bom tempo na carreira reafirmando experiências vividas na área de educação. O perfil dos interlocutores apontou ser possível promover a avaliação institucional, já que há um corpo docente com professores efetivos, praticamente, com tempo na escola e na carreira de magistério.

As demais perguntas foram relativas ao tema pesquisado e foram analisadas uma a uma. Por saber que a avaliação institucional é um importante mecanismo para refletir e compreender a escola, seus processos e relações e, assim, contribuir para o redimensionamento das práticas escolares com vistas à melhora da qualidade educacional, é que os interlocutores foram indagados na quarta pergunta do questionário quanto ao entendimento que tinham sobre avaliação institucional, os professores assim relataram:

É importante instrumento de análise e reflexão das ações da escola enquanto instituição perante suas necessidades, as necessidades da comunidade escolar e da sociedade como um todo. Possibilita uma reordenação das ações e condutas para cumprir da maneira mais eficaz sua função. (Elza).

Grupo de professores reunidos para coletar informações do desenvolvimento do processo de ensino com a finalidade de organizar a prática pedagógica dos educadores. (Osvalina)

É um mecanismo usado pela instituição como um processo contínuo ao aperfeiçoamento do ensino. (Margarida)

Avaliam-se aspectos administrativos e pedagógicos da instituição com vistas à melhoria do desempenho educacional como um todo. (Kênia).

Para Freitas et al. :

[...].pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto político pedagógico e, responsavelmente, refletir sobre suas potencialidades, vulnerabilidades e repercussões em nível de sala de aula, junto aos estudantes. (2014, p.35).

Para os autores, a avaliação institucional deve envolver todos os atores pertencentes a este espaço, levando-os a refletir em conjunto sobre o projeto político- pedagógico da escola, sinalizando os problemas e buscando soluções.

Para Balzan e Sobrinho (2000), a avaliação institucional é vista como um instrumento que procura compreender a escola e as relações que ali ocorrem, sem que haja exposição pública dos atores envolvidos. Expressa então que:

A avaliação institucional não é um instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos deslocados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico (BALZAN; SOBRINHO, 2000, p.61).

A partir dessa perspectiva, pôde-se observar que os professores demonstraram certo entendimento sobre esse nível avaliativo, o que corrobora para o avanço dessa avaliação dentro da escola, necessitando então ser discutida, esclarecida e analisada por todos os atores que compõem a instituição.

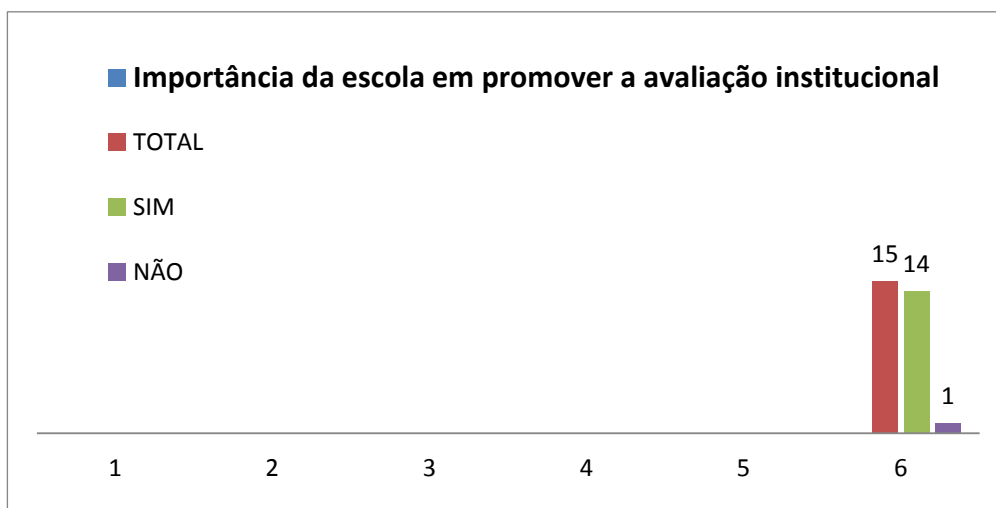
Na figura 01, a seguir, tivemos a visão dos professores em considerar importante que a escola promova a avaliação institucional, a maioria considerou relevante e, questionados sobre o porquê, afirmaram:

Para que a escola possa corrigir os pontos falhos. (Divina).

Desde que os resultados (informações) obtidos sejam utilizados com a finalidade de orientar melhor a prática pedagógica do professor e não de forma punitiva. É preciso prevalecer o bom senso e a ética. (Joana)

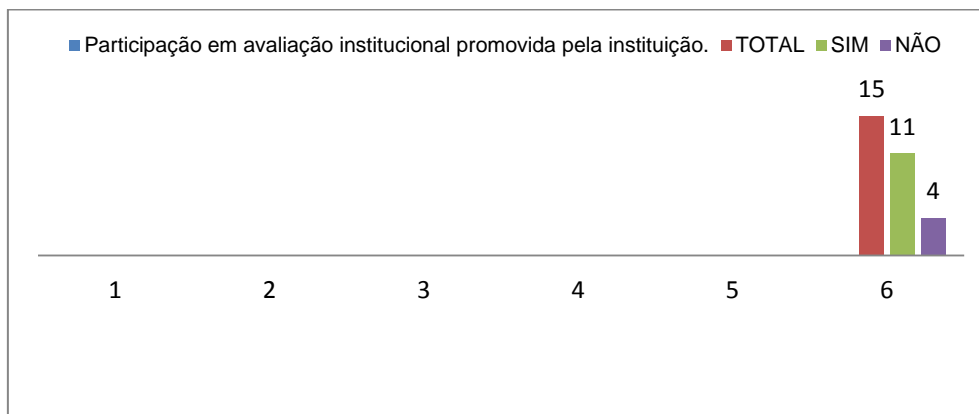
Porque desta forma poderemos reestruturar o trabalho desenvolvido por todos os segmentos da instituição. (Feliciano).

Gráfico1: Importância da escola em promover avaliação institucional



Fonte: Elaborado pela autora.

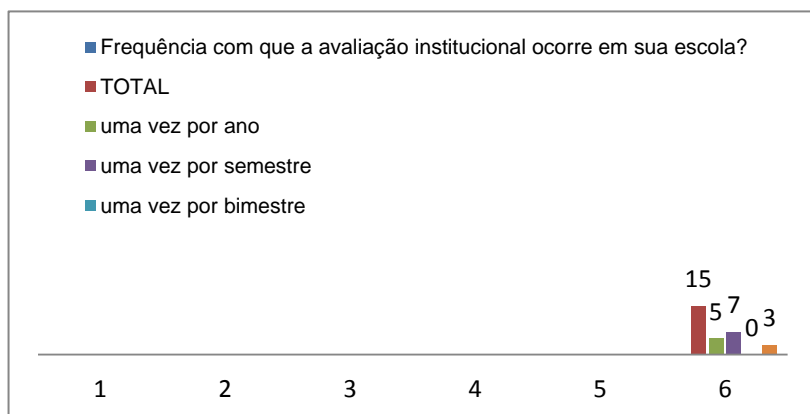
Na próxima pergunta, foram questionados se já participaram da avaliação institucional promovida por esta instituição. O grupo, em sua maioria, respondeu que sim (73%) e os demais (27%) disseram que não (Figura 02).

Gráfico2: Você já participou da avaliação institucional promovida por esta instituição?

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das afirmações dos professores nas duas perguntas acima, percebeu-se que os interlocutores compreendem a importância dessa avaliação para a escola, já participaram, contudo, mediante a forma como é desenvolvida na maioria das vezes e como os resultados são divulgados, acabam contribuindo para que não seja atrativa, perdendo assim a credibilidade e ocasionando frustrações quanto às expectativas e percepções.

Sobre com que frequência a avaliação institucional ocorre em sua escola, 33% dos professores participantes relataram que ocorre uma vez por ano, 47% disseram que ocorre uma vez por semestre e os outros 20% afirmaram não saber. (Figura 03).

Gráfico3: Frequência com que a avaliação institucional ocorre em sua escola

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional:

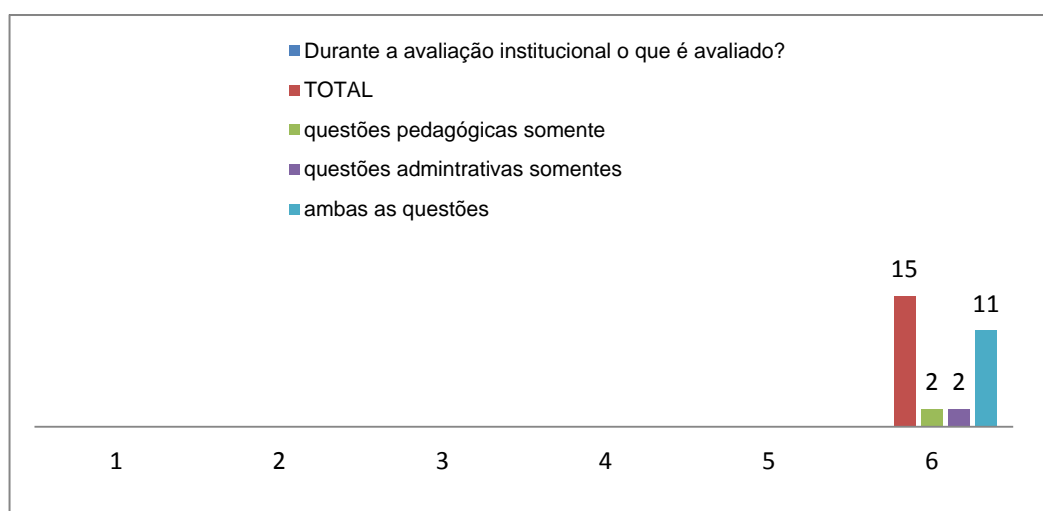
A avaliação do trabalho da escola ou sua autoavaliação é interna e permanente. Deve ocorrer com envolvimento de todos os segmentos: famílias, estudantes, gestores, professores e demais profissionais da educação. Existem diversos momentos propícios para a autoavaliação que devem ocorrer durante todo o ano letivo, como nos dias da avaliação pedagógica previstos em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões com a família, assembleia escolar e diversas outras reuniões. Não podem ser momentos estanques de autoavaliação, mas propiciadores de discussão e reflexão coletiva. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.59).

Propiciar diversos momentos para que a avaliação institucional ocorra requer esclarecimento e entendimento da sua real finalidade, bem como, a participação de todos os atores, pois somente assim ela deixará de ser vista como exigência a ser cumprida e, sim, como algo natural e pertencente à instituição.

Contudo, o gráfico acima revela certo desentendimento entre os professores quanto a real frequência da realização dessa prática avaliativa o que leva a interpretar que a mesma não está sendo discutida e trabalhada na escola conforme deveria.

No que diz respeito ao que durante a avaliação institucional é avaliado, do total de professores participantes, 74% responderam que são avaliadas as questões administrativas e pedagógicas e os outros 13% consideraram somente questões administrativas e mais outros 13% somente questões pedagógicas. (Figura 04).

Gráfico4: Durante a avaliação institucional o que é avaliado?



Fonte: Elaborado pela autora.

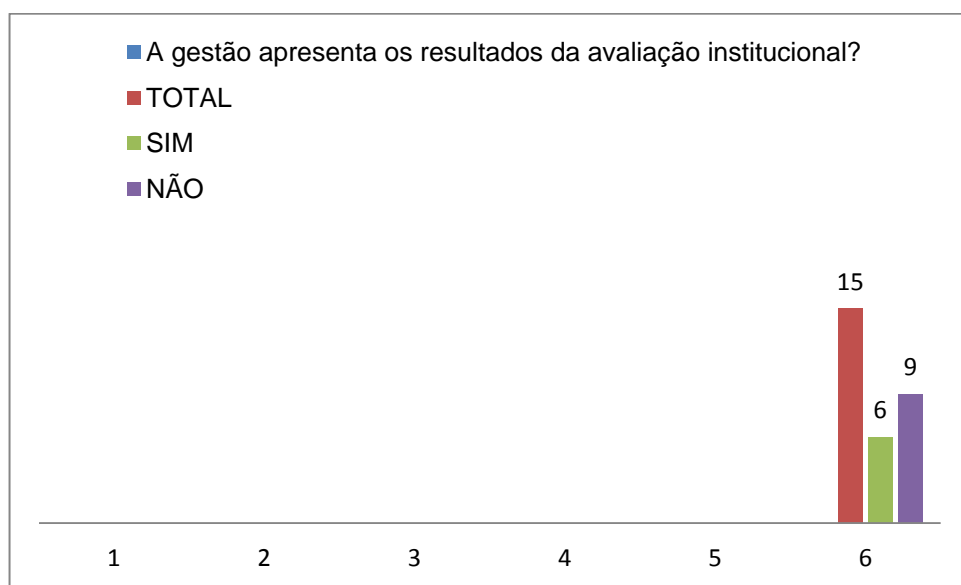
Segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional é importante que a escola quando faz uso da avaliação institucional seja avaliada no todo, assim afirma:

Avaliar todas as instâncias que compõem a organização escolar é pauta constante desse nível da avaliação com intuito de colocar quaisquer ações a serviço das aprendizagens. Por isso, avalia-se o trabalho desenvolvido na biblioteca, na sala de leitura, nos laboratórios, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, na sala de recursos, no serviço de orientação educacional, nos projetos didáticos e ou interventivos, no atendimento ao público. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.57).

Desse modo, a maioria dos professores disse que tanto as questões pedagógicas como administrativas são abordadas durante as discussões sobre avaliação institucional, o que vai de encontro com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, conforme exposto acima.

Quanto à gestão da escola apresenta os resultados da avaliação institucional, 40% dos professores participantes da pesquisa afirmaram que sim e 60% não. (Figura 05).

Gráfico5: A gestão apresenta os resultados da avaliação institucional?



Fonte: Elaborado pela autora.

No processo de gestão democrática de uma escola, a avaliação institucional é tida como uma ação necessária capaz de orientar a revisão das práticas, portanto o uso de seus resultados devem ser interpretados e utilizados pelo gestor em prol da qualidade e compromisso com a educação.

O Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal diz em seu artigo oito, inciso XXIII que são atribuições da equipe gestora:

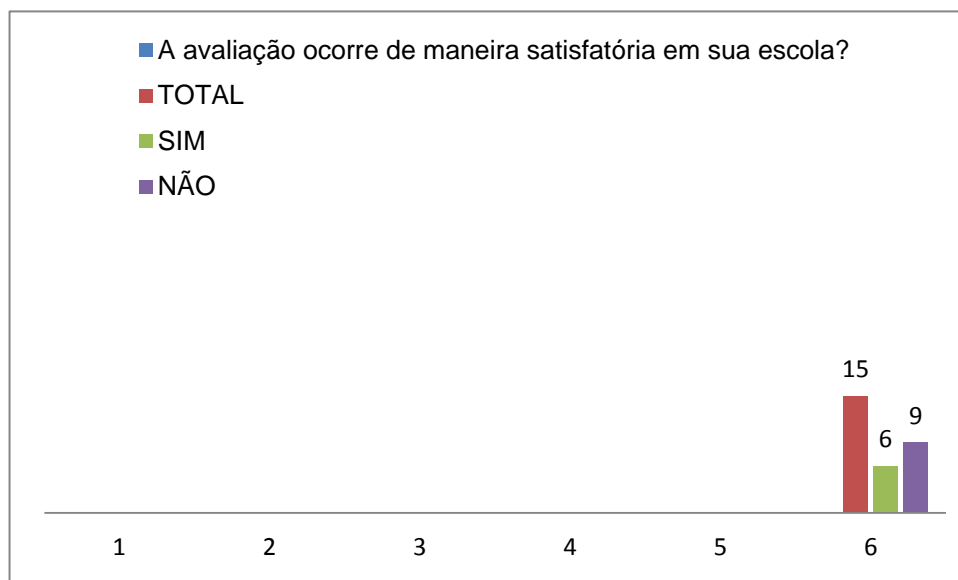
XXIII – acompanhar, com vistas à proposição de intervenções necessárias, os resultados das avaliações educacionais realizadas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a saber:

- a) da aprendizagem;
- b) institucional;
- c) em larga escala. (DISTRITO FEDERAL, 2015, p.13).

Diante do exposto, o acesso aos dados, sejam eles positivos ou negativos, são extremamente importantes para que, em conjunto, sejam tomadas ações que visem a contribuir para a melhoria do trabalho desenvolvido na/pela escola.

Quando indagados se a avaliação institucional ocorre de maneira satisfatória na escola, do total de professores 40% relataram que sim e 60% consideraram que não. (Figura 06).

Gráfico6: A avaliação institucional ocorre de maneira satisfatória em sua escola?



Fonte: Elaborado pela autora.

E questionados se na opinião dos professores a avaliação institucional ocorre de maneira satisfatória em sua escola, afirmaram:

Porque não ocorre com a frequência que deveria. Nos dois que trabalhei na escola 2012 e 2015 não ocorreu a avaliação institucional. (Eunice).

Não. Porque é uma prática recente, ainda precisamos avançar na participação e adesão de todos os envolvidos na escola, com a promoção do diálogo, da reflexão e da ação. (Cleire).

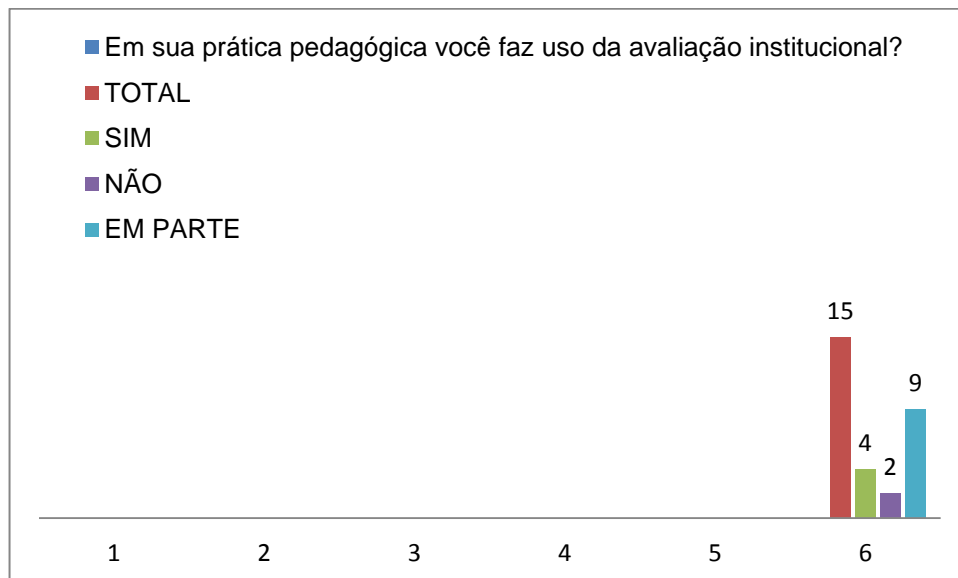
Sim. Sempre é realizada de uma forma muito rápida sem a preocupação dos detalhes de cada questão e desmembramento do que é avaliado. (Aurélio).

Sim. Porque todos podem dar suas opiniões sobre as dificuldades encontradas na escola. (Osvalina).

Diante dos dados acima, há certa distorção entre os professores sobre ocorrência satisfatória da avaliação institucional na sua escola, o que reforça o entendimento de que o planejamento e desenvolvimento da avaliação não estão sendo alcançado por todos.

Questionados se na sua prática pedagógica fazem uso da avaliação institucional, os professores participantes da pesquisa 60% responderam em parte, já 27% consideraram que sim e 13% afirmaram que não fazem uso. (Figura 07).

Gráfico7: Em sua prática pedagógica você faz uso da avaliação institucional?



Fonte: Elaborado pela autora.

O sucesso da prática pedagógica em prol dos alunos está atrelado ao significado que cada ato avaliativo possui e suas respectivas contribuições. Assim afirmam Freitas et al. :

A avaliação institucional deve, portanto, ser o ponto de encontro entre os dados provenientes tanto da avaliação dos alunos feita pelo professor, como da avaliação dos alunos feita pelo sistema. Ambos falam de um único sujeito: o aluno, a verdadeira figura central da escola. (2014, p.45).

Na visão dos interlocutores sobre como está sendo incorporada a avaliação institucional pelos professores foi afirmado:

De forma errônea, pois nem sempre o mesmo não sabe para que serve. (Margarida).

Acredito que é uma mera formalidade sem reflexo na prática de sala de aula ou no processo pedagógico. (Aurélio).

Não, pois a escola não tem o hábito de fazer a avaliação institucional, dificultando que os professores utilizem. (Laurice).

Perguntados se a avaliação institucional promove a articulação e discussão com a avaliação da aprendizagem e avaliação em larga escala, disseram:

Estamos sempre preocupados com as avaliações externas. Mas precisamos incorpora-la melhor na avaliação institucional. (Madalena).

Deveria mas não é isso que ocorre. (Divina).

Ainda é uma utopia. (Aurélio).

Sim. Mas nem sempre existe essa articulação por parte do corpo docente da instituição. (Margarida).

Freitas et al. (2014, p. 65) atesta que “a avaliação em larga escala de redes de ensino precisa ser articulada com a avaliação institucional e de sala de aula”.

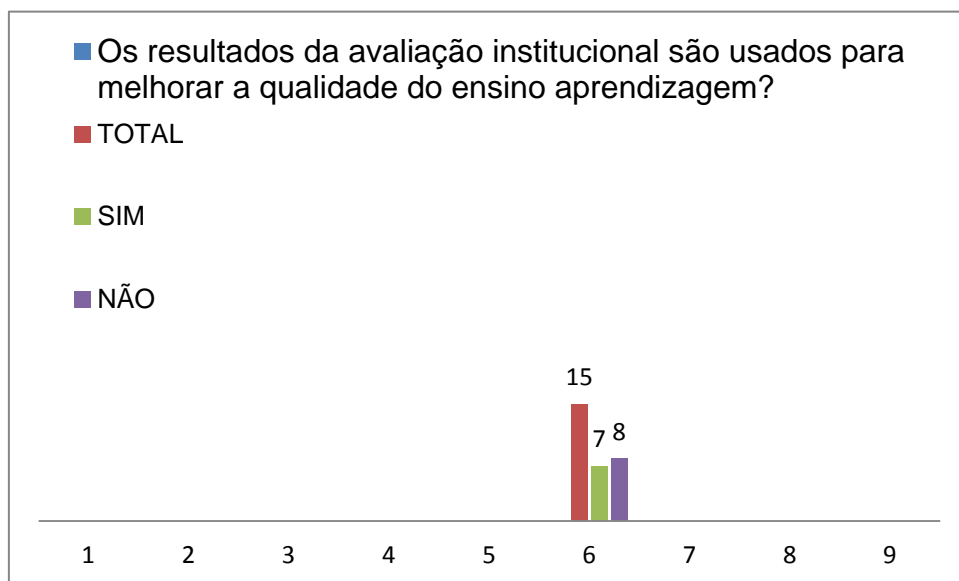
Através dos relatos dos professores acima, foi possível identificar que os professores acham importante que a avaliação institucional se articule com os demais níveis de avaliação, contudo, na escola em que atuam identificam certa dificuldade para a implementação dessa conexão, talvez seja pela falta de conhecimento e propriedade e/ou falta de percepção das contribuições positivas que possam surgir a partir da avaliação institucional, já que se podem rever as práticas, apontando as potencialidades e fragilidades, levando, assim, a instituição a buscar possíveis atitudes que corroborem para as inovações de todas as práticas pedagógicas da escola.

Com o objetivo de reafirmar a importância da articulação com os outros níveis (aprendizagem e em larga escala ou redes), as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, afirma:

A avaliação institucional aqui defendida analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens. Procura instruir e melhorar as concepções e práticas que se materializaram na avaliação que ocorreu no cotidiano da sala de aula. Ao trazer para o espaço da Coordenação pedagógica e do Conselho de Classe os dados emanados dos exames externos, avaliação institucional abre agenda para análises e reflexões mais amplas. É nesse momento que se entende onde se localiza a mediação capaz de ser realizada por meio da avaliação institucional, avaliação da aprendizagem e avaliação de redes ou em larga escala. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.56).

Indagados se percebem que os resultados da avaliação institucional são utilizados para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem do total de professores participantes, 47% afirmaram que sim e 53% disseram que não são utilizados.

Gráfico8: Os resultados da avaliação institucional são utilizados para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?



Fonte: Elaborado pela autora.

Para alguns, a resposta foi sim, logo, foram questionados sobre como são utilizados para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

Com a avaliação o professor pode ver onde seu trabalho deixou de dar resultados esperados e onde os alunos tiveram dificuldades, para que as falhas possam ser corrigidas. (Osvalina).

Descobrimiento de falhas, feedbacks. (Vilson).

A melhoria é mais administrativa que pedagógica. (Margarida).

Os dados, oriundos da avaliação institucional, só fazem sentido se forem utilizados em prol da instituição no sentido de levar a comunidade a refletir sobre suas ações oportunizando-lhes ressignificar suas práticas, possibilitando assim um novo olhar dentro da escola.

Assim asseguram Freitas et al. :

Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estructure situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola. (2014, p.38).

Quanto a sugestões para melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem através dos resultados da avaliação institucional, apresentaram as seguintes:

Que seja bem elaborada, aplicada de forma séria e amplamente divulgados e discutidos seu resultado para daí fornecer caminhos de aprimoramento e/ou mudanças na conduta da escola enquanto instituição. (Elza).

Os resultados obtidos com a avaliação devem ser analisados junto com a comunidade escolar, para que juntos possam decidir os objetivos e metas para melhorar o ensino e a aprendizagem dos alunos. (Laurice).

O primeiro ponto é que de fato sejam feitas AI na escola mundial. Avaliações em que todos os participantes do processo: alunos, pais, professores, outros profissionais da escola possam atuar, participar, cooperar, comparar a fim de verificar como está o andamento da rotina escolar e a qualidade da educação em cada turno, pois são distintos. E assim, a partir das avaliações frequentes da rotina escolar, estabelecer metas e ações no seu plano de desenvolvimento escolar. Se a AI acontecesse, o que sugeriria é que tentem equalizar o número de alunos por turma, pois no turno matutino uma tem 10 e outras quase 40 estudantes e que as ações para com os alunos com problemas comportamentais tivesse continuidade, fossem de fato um processo. Enfim, para ter conclusões efetivas sobre o andamento administrativo, financeiro e pedagógico como um todo, precisamos de levantamentos de dados que são fornecidos pela AI. (Eunice).

Reestruturar o planejamento da escola a partir dos resultados, melhorar o que está ruim e manter o que está bom. (Feliciano).

As sugestões dos professores acima expressam o reconhecimento e a necessidade de fazer uso da avaliação institucional, visto que é o instrumento capaz de analisar os diversos segmentos da escola onde o objetivo principal é levar a reflexão das ações e processos desenvolvidos na/pela escola com vistas à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito à análise dos documentos, pesquisou-se primeiramente o PPP da escola no quesito avaliação institucional, o qual traz em seu bojo:

Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação, relacionada à melhoria da qualidade da educação, da eficácia institucional, acadêmica e social. Visando o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades das instituições de educação. Valorizando a missão pública, a promoção da democracia, do respeito às diferenças e à diversidade, preservando a autonomia e a identidade institucional. (PPP da Escola Mundial, 2014, p.32).

Ainda sobre o PPP analisado, encontrou-se a forma como ocorre a avaliação institucional:

Nesse processo é realizada a autoavaliação, momento em que todos os profissionais da educação analisam individualmente seu papel e os resultados de seu trabalho na Instituição Escolar; a avaliação da infraestrutura em que ocorrem todas as atividades do âmbito escolar e extraescolar; e a avaliação dos procedimentos pedagógicos e administrativos, realizados internamente por todos os profissionais da educação, ocorrendo em datas determinadas pelo Calendário Oficial e extraordinariamente solicitadas pela direção ou Conselho Escolar. Nesse momento são utilizados instrumentos de abordagem conceitual para análise crítica e reflexiva da conjuntura e dos resultados alcançados ao longo do período. (PPP da Escola Mundial, 2014, p.33).

Os demais documentos analisados foram as atas de reuniões referentes à avaliação institucional onde constam as datas em que essas reuniões ocorreram, um momento em 2013 e dois momentos em 2014. Ambas, seguindo as orientações pedagógicas da SEEDF para esse dia. Não se encontraram mais registros sobre esse tipo de avaliação e o que se pode observar durante as análises é que a avaliação é citada, trabalhada, contudo, de forma ainda superficial necessitando haver um maior aprofundamento para poder ter um maior retorno das ações reflexivas individuais e coletivas que essas avaliações podem proporcionar no ambiente escolar, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento de ações de acordo com a realidade da escola e comunidade escolar.

Levando-se em consideração, o que o PPP da escola propõe em relação à avaliação institucional e o que foi evidenciado através dos registros (atas) e questionário aplicado pode-se observar que essa prática avaliativa está caminhando lentamente, estando mais na teoria que na prática, sendo, portanto, um desafio a ser trabalhado na instituição. Colocar em prática o que está no PPP da escola requer que esse instrumento seja conhecido, discutido, analisado, uma vez que é através dele que se constrói a identidade da escola. Identidade que será alcançada com a

ajuda da avaliação institucional, visto que, ela tem o PPP como instrumento norteador e ambos devem estar articulados, pois dependem um do outro. A percepção da necessidade de articulação entre o PPP e avaliação institucional é expressa na fala de alguns professores quando indagados sobre sugestões para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem através da avaliação institucional:

Primeiro conhecer o PPP da escola, para que possamos reavaliar as nossas práticas e assim criar condições de participação efetiva dos diversos segmentos na organização curricular e na construção de um novo PPP que promova a aprendizagem. (Cleire).

Fazer do projeto político pedagógico da escola uma estratégia indispensável e insubstituível para a gestão democrática, direcionando, de maneira participativa e democrática, os caminhos que a escola irá trilhar. (Osvalina).

Os relatos acima vão ao encontro do que foi observado no PPP da instituição. Contudo, há um longo caminho a ser trilhado na tentativa de se colocar em prática o que foi proposto tanto no PPP quanto nas falas dos professores, porém o que se percebeu é que sementes já foram lançadas no que diz respeito à avaliação institucional, regá-las com entendimento, clareza, discussões é o que proporcionará que a teoria seja colocada em prática.

Diante dos dados levantados, foi possível identificar, no trajeto desta pesquisa, que a avaliação institucional sob a apreciação dos professores é tida como importante para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, entretanto, há ainda muitas questões a serem respondidas, bem como dúvidas a serem sanadas quanto à avaliação institucional, logo, foi observado que a partir da análise de dados obtidos foi possível analisar se os professores da Escola Mundial percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Freitas et al. (2014, p.36), “A avaliação institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores [...]”, possibilitando, então, o surgimento de um sentimento de pertença capaz de levar professores, alunos, pais, gestores a buscar e construir novos caminhos para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, até porque essa prática avaliativa é um instrumento capaz de articular com outras formas avaliativas e de se reverter em favor da aprendizagem dos alunos.

Na presente pesquisa, procurou-se analisar se os professores da Escola Mundial percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens e como suporte tiveram-se os objetivos específicos, os quais procuraram identificar se os professores percebem a articulação da avaliação institucional com os outros níveis de avaliação e analisar se os professores utilizam os resultados das avaliações para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem.

Foi possível apurar quanto à percepção dos professores acerca da avaliação institucional, a partir dos seus relatos, que a sua realização, até então, é um processo tímido e que ainda não apresenta solidez em sua organização e realização. Contudo, percebeu-se que há desejo por parte dos professores de que ela seja realizada em sua totalidade e alcance os objetivos propostos. No entanto, para que isso ocorra, todos os segmentos da escola devem se envolver, mesmo porque são os professores e equipe gestora que participam quase sempre e tomam as decisões, na maioria das vezes, em que ocorre esse momento avaliativo. Logo, instigar além dos professores os outros sujeitos que compõem o ambiente escolar é extremamente relevante, visto que a avaliação institucional é um instrumento que deve envolver o coletivo nas discussões e tomadas de decisões relativas ao ambiente escolar.

Diante dos dados compilados e do contexto investigado, acredita-se ser necessário aos atores aprofundarem-se mais sobre as concepções relativas à avaliação institucional, planejando, sistematizando, implementando seus objetivos e promovendo discussões coletivas entre atores com vistas a identificar e superar os problemas existentes.

Nesse sentido, as reflexões oriundas dos encontros coletivos são importantes para adequar o PPP da escola a sua realidade, já que, através dos resultados provenientes da avaliação institucional, é possível identificar as fragilidades e potencialidades e reorganizá-las de modo que atendam as reais necessidades da comunidade escolar e que de fato proporcione melhorias ao processo de ensino e aprendizagem. Em síntese, é necessário que as escolas valorizem a si próprias e se fortaleçam através dos erros com envolvimento de toda a comunidade.

Podemos afirmar que a instituição investigada já deu o primeiro passo no que diz respeito à avaliação institucional, visto que, nos relatos dos professores, se verifica, além da intenção, a predisposição da escola em rever suas ações, sendo estes, então, fatores determinantes para sua implementação. Contudo, implementar essa prática avaliativa requer mudança de cultura por parte, principalmente, dos professores, haja vista ser algo novo e inovador nas escolas de educação básica, mas que, ao mesmo tempo, provoca apreensão e receio, já que é vista por muitos como algo que expõe a figura do professor. A partir, dessa mudança e outras também necessárias que aqui não serão enfatizadas, é possível os professores perceberem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação de aprendizagem.

O presente estudo não se finda aqui, a conversa precisa continuar e há, ainda, um longo caminho a ser trilhado e desvendado acerca deste instrumento capaz de transformar o fazer pedagógico e levar os sujeitos a se sentirem parte integrante da instituição, na busca de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Sendo assim, a pesquisa deve continuar tendo em conta que é extremamente importante suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, esta monografia, nos proporciona uma reflexão contínua no que diz respeito à avaliação institucional sob a apreciação dos professores, já que são sujeitos fundamentais para a geração da qualidade de ensino e aprendizagem e suas percepções e concepções acerca da avaliação institucional servirão de parâmetros para ajudar a instalar esse processo primordial quando se pensa em qualidade de ensino e aprendizagem na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 28/09/2015.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZÁN, N.C. **Avaliação institucional**: teoria e experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Resolução Nº1** de 21 de março de 2006. Estabelece normas para a Avaliação Institucional no Sistema de Ensino do Distrito federal. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), 25 Maio 2006. Disponível em: <http://cedf.se.df.gov.br/resolucoes/resolicao-cedf>. Acesso em 20/10/2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. **Diretrizes de Avaliação Educacional** aprendizagem, institucional e em larga escala - 2014. Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. **Orientação Pedagógica, Projeto político-pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas**. Brasília, DF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília, DF, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. **Projeto Político-Pedagógico Escola Mundial**. Brasília, DF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6ª Ed. Brasília, DF, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF. **Diretrizes de Pedagógicas** - 2008. Brasília, DF.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover**: uma questão institucional. São Paulo: Mediação, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

IAVELBERG, Catarina. **Revista Gestão Escolar**. Ed. 5, Dezembro 2009/Janeiro 2010. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/hora-avaliacao-orientacao-educacional-orientador-funcao-515724.shtml>. Acesso em 14/10/2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar** – 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **A Avaliação no Documento Diretrizes Pedagógicas da SEEDF**. Disponível em: <<http://gepa-avaliacaoeducacional.com.br/analises/a-avaliacao-no-documento-diretrizes-pedagogicas-da-secretaria-de-estado-de-educacao-do-distrito-federal-2/>>. Acesso em 13 set. 2015.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa de campo de uma monografia do curso de especialização em Coordenação Pedagógica, realizada pela Universidade de Brasília, com o tema: **Avaliação institucional sob a apreciação dos professores.**

O objetivo deste questionário é analisar se os professores da escola Mundial percebem a importância da avaliação institucional como fator de melhoria da avaliação das aprendizagens.

Informo que a sua participação é de extrema importância e contribuirá para a realização desta pesquisa e garantimos que a sua identidade será preservada nesta pesquisa.

Desde já agradecemos pela colaboração e disponibilidade.

1. Qual a sua situação na escola em que atua?

() efetivo () contrato

2. Qual o seu tempo de serviço na escola atual?

() 1 ano

() Mais de 1 ano. Quantos anos? _____

() Menos de 1 ano.

3. Qual o seu tempo na carreira de magistério?

() 1 ano

() Mais de 1 ano. Quantos anos? _____

() Menos de 1 ano.

4. Qual o seu entendimento sobre avaliação institucional?

5. Você considera importante que a escola promova a avaliação institucional?

() Sim () Não

Por quê?

6. Você já participou da avaliação institucional promovida por esta instituição?

() Sim () Não

7. Com que frequência a avaliação institucional ocorre em sua escola?

() uma vez por ano

() uma vez por semestre

() uma vez por bimestre

() Outra. Quais? _____

8. Durante a avaliação institucional o que é avaliado?

() questões pedagógicas somente.

() questões administrativas somente.

() ambas as questões.

9. A gestão da escola apresenta os resultados da avaliação institucional?

() Sim () Não

10. Em sua opinião a avaliação institucional ocorre de maneira satisfatória em sua escola?

() Sim () Não

Por quê?

11. Em sua prática pedagógica você faz uso da avaliação institucional?

() Sim

() Não

() Em parte

12. Na sua visão como está sendo incorporada a avaliação institucional pelos professores?

13. A avaliação institucional promove a articulação e discussão com a avaliação da aprendizagem e avaliação em larga escala.?

14. Os resultados da avaliação institucional são utilizados para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

() Sim () Não

15. Em caso positivo, como são utilizados para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

16. O que você sugere para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem através dos resultados da avaliação institucional?

APÊNDICE B

ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

- ➔ Atas de reuniões e ou encontros sobre avaliação institucional
- ➔ Projeto Político Pedagógico
- ➔ Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

Eixos norteadores:

- ➔ Concepções acerca da avaliação institucional.
- ➔ Ações e estratégias desenvolvidas pela escola para promover a realização e discussão da avaliação institucional.
- ➔ Articulação das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF com o PPP da escola para promover a participação da comunidade escolar.
- ➔ Concepções da influência da avaliação institucional na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.
- ➔ Percepções sobre a realização da avaliação institucional nas atas de reuniões ou encontros.

APÊNDICE C

Responsável pela pesquisa: RAQUEL ANTUNES MODES OLIVEIRA

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, _____ diretor(a) responsável por esta unidade escolar, autorizo **RAQUEL ANTUNES MODES OLIVEIRA** a realizar pesquisa nesta escola para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso de Especialização em Coordenação Pedagógica no corrente ano, desde que sejam esclarecidos aos participantes os objetivos e os procedimentos da pesquisa.

Será possibilitado à pesquisadora o acesso a esta instituição nos momentos de trabalho pedagógico, não sendo permitida a sua interferência no desenvolvimento das atividades sem que lhe seja solicitada.

Concordo com a publicação dos resultados da pesquisa em questão desde que não sejam utilizadas informações em prejuízo das pessoas envolvidas e/ou da instituição, bem como sejam mantidos o sigilo e o anonimato da escola e dos interlocutores, se assim desejarem.

Brasília, ____ de _____ de 2015.